

## **Narrativas fotoetnográficas: A construção coletiva da memória imagética de comunidades quilombolas de Juazeiro (BA) <sup>1</sup>**

Danilo ARAÚJO<sup>2</sup>

Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, BA.

### **RESUMO**

Este trabalho expõe os resultados parciais do subprojeto "Narrativas fotoetnográficas: A construção coletiva da memória imagética de três comunidades quilombolas", a partir do banco de imagens que integram o projeto "Perfil Fotoetnográfico das Populações Quilombolas do Submédio São Francisco: Identidades em Movimento" <sup>3</sup>. Moradores das comunidades de Barrinha do Cambão, Curral Novo e Rodeadouro analisaram as imagens realizadas sobre elas levando em conta aspectos como territorialidade e representação, sugerindo novos conteúdos para a construção de uma narrativa visual que melhor as representasse. Construímos então narrativas fotográficas das comunidades com a participação de sete famílias, discutindo os conceitos de quilombo e fotoetnografia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunidades Quilombolas; Fotografia; Narrativas Fotoetnográficas; Curral Novo; Barrinha do Cambão.

### **1 Introdução**

O objetivo desse estudo é mostrar os resultados parciais do subprojeto "As narrativas fotoetnográficas: A construção coletiva da Memória imagética de três comunidades quilombolas a partir do banco de imagens" que integram o projeto "Perfil fotoetnográfico das populações quilombolas do Submédio São Francisco: Identidades em Movimento", coordenado pela professora Márcia Guena, o qual tem como principal objetivo colaborar com as discussões em torno do tema "ser quilombola" e auxiliar na construção das narrativas fotoetnográficas das comunidades abarcadas pelo estudo. A intenção é discutir como as populações das comunidades negras rurais se enxergam enquanto comunidades quilombolas e contribuir para a visibilidade das mesmas, como uma forma de facilitar o acesso aos direitos já estabelecidos pelo Estado. O mais importante deles é o Artigo 68, das Disposições

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão temática na Área 7 de Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior - XI Jornada de Iniciação Científica em comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Graduando em Comunicação Social/ Jornalismo em Múltiplos Meios. Bolsista pela Fundação de Amparo e pesquisa da Bahia-FAPESB.dbsadanilo@gmail.com. O trabalho foi orientado pela Professora Doutora Márcia Guena dos Santos.

<sup>3</sup> Projeto de pesquisa coordenado pela professora Dra. Márcia Guena dos Santos, junto a Universidade do Estado da Bahia, com dois bolsistas da Fapesb.

Transitórias, da Constituição Federal do Brasil (1988), que explicita o direito a terra: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos". (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DA BRASIL, 1988). Após muitas discussões para o estabelecimento desse texto, ainda controverso, esse direito foi conquistado no texto da lei, mas sua efetivação é bastante difícil, com relação à etapa final de titulação da terra. Dentre as 2600 comunidades quilombolas certificadas, cerca de 270 conseguiram o título da terra, de acordo com dados da Fundação Palmares (2015). Assim, a posse da terra continua como uma questão conflituosa no país.

Com os desenvolvimentos dos meios de produção, construção de infraestrutura, empreendimentos turísticos e outras atividades em que a terra irá passar por um processo de valorização, várias comunidades estão sendo cogitadas por latifundiários, empresários e até mesmo pelo o Estado, tornando seus territórios cenários de conflitos pela posse de terra, e as que não resistem o enfretamento migram de seus territórios (AMORIM; . GERMANI, 2005,p.1)

A região do Submédio São Francisco não foge a esse quadro. Quando discutimos as identidades nas comunidades negras locais, além de colaborar para a discussão sobre esses grupos e territórios podemos, com esse trabalho, contribuir para a sistematização de suas histórias, para que possam usá-las no enfretamento dos diversos tipos de opressões, além de fornecer elementos para os futuros processos de certificação.

Atualmente no Brasil existem 2.606 comunidades remanescentes de quilombos (CRQs) certificadas pela Fundação Palmares<sup>4</sup>. Na região Nordeste há uma concentração de 1.543 comunidades, dessas comunidades 639 estão localizadas no estado da Bahia (em uma escala de caráter quantitativo o estado está na 1º posição com o maior número de comunidades do país) 131 no estado de Pernambuco (ocupando a 5º posição), estados esses que integram a região conhecida como Submédio do São Francisco<sup>5</sup>. Nessa região, há 23 Comunidades Negras Rurais Quilombolas, incluindo aqueles que estão em processo de

---

<sup>4</sup> Com base nos dados atualizados da Fundação Palmares na data de 23/02/2015 no respectivo endereço <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/crqs/quadro-geral-por-estado-ate-23-02-2015.pdf>>.

<sup>5</sup> Conceito utilizado pela CODEVASF são as áreas dos estados da Bahia e Pernambuco, estendendo-se de Remanso até a cidade de Paulo Afonso (BA), e incluindo as sub-bacias dos rios Pajeú, Tourão e Vargem, além da sub-bacia do rio Moxotó, último afluente da margemesquerda.: <[http://www.codevasf.gov.br/DeSaTiVaDo\\_osvale/vale-do-sao-francisco/recus/submedio-sao-francisco](http://www.codevasf.gov.br/DeSaTiVaDo_osvale/vale-do-sao-francisco/recus/submedio-sao-francisco)>.

etnôgênese (GEOGRAFAR, 2005, apud SANTOS et al.2013, p8) De acordo com Geografar (2005 apud SANTOS et al. (2013, p.8).

Juazeiro é a cidade que se destaca com maior número de comunidades, sendo identificadas 14 delas: Alagadiço; Aldeia, Angico, Barrinha do Cambão, Barrinha da Conceição, Capim de Raiz, Curral Novo, Deus Dará, Junco, Pau Preto, Juazeiro, Passagem, Rodeadouro, Salitre, Quipá. (GEOGRAFAR, 2005, apud SANTOS et al., 2013, p.8)

Ou seja, há um número importante de comunidades quilombolas presentes na região do submédio São Francisco e, algumas delas, em processo de discussão de suas identidades quilombola, sertaneja, indígena, todas elas imbricadas em um processo bastante complexo e com muitos elementos históricos e políticos.

Para nosso projeto interessa perguntar e responder o que é ser quilombola? Apesar da existência na região de uma forte herança cultural africana e indígena, para algumas das comunidades investigadas o termo quilombola é, às vezes, uma novidade, já que muitas estão distantes das discussões políticas que determinaram o marco legal sobre a questão no Brasil, como discute Marcelo Mello (2012). Isso não quer dizer que são menos negras ou com uma herança menor e sim que estiveram distantes do movimento que delimitou e determinou o termo. Mesmo academicamente, o termo quilombo, que origina a palavra quilombola, foi adquirindo significados distintos ao longo da história, sendo o seu conceito ressemantizado ao longo das três últimas décadas. De acordo com Arruti (2006, p.317) houve três tipos principais de ressemantizações: O quilombo como resistência cultural, o quilombo como resistência política e o quilombo como resistência negra.

A primeira está ligada a “resistência cultural” e pensou o quilombo como persistência ou produção de uma cultura negra no Brasil, tendo em Palmares como uma forma de persistência da África no Brasil, um retorno à “barbárie africana”. Um dos principais representantes desse pensamento foi Nina Rodrigues (ARRUTI, 2006, p.318).

A segunda ressemantização está ligada a "resistência política" “servindo de modelo para se pensar a relação (potencial) entre classe popular e se a ordem dominante”. Neles a referência à África é substituída pela referência ao Estado ou às estruturas de dominação, dentro de uma perspectiva marxista. Clóvis Moura foi um autor importante dessa vertente, ligando a resistência quilombola às estratégias de guerrilha.

A terceira ressemantização é pensada pelo movimento negro que, somando a perspectiva

cultural ou racial à perspectiva política e elege o quilombo como ícone da “resistência negra”. Um dos principais representantes desse pensamento é Abdias do Nascimento, com a sua obra *Quilombismo* (ARRUTI, 2006, p.319). Essa interpretação do movimento negro se mantém até hoje em algumas linhas interpretativas e foi uma das leituras que pautou a discussão sobre direitos quilombolas durante a constituição de 1988.

Neste artigo empregamos a definição de quilombos defendida pela Associação Brasileira de Antropologia a qual representa o amadurecimento da discussão provocada pelo debate em torno do Artigo 68 das Disposições Transitórias, da Constituição Federal, e que vai além dele, comum à abrangência muito maior para o que passa a ser chamado de quilombo: por Amorim; Germani, na qual definem:

Comunidades Negras Rurais Quilombolas incorpora as chamadas terras de preto, terras de santo, mucambos ou quilombos. São comunidades forma das predominantemente por negras e ocupam terras na área rural. São os laços de consangüinidade e de familiaridade que permitem a utilização de áreas de forma individual e coletiva. (AMORIM; GERMANI, 2005, p.2)

A partir dessa discussão percebemos como o conceito sobre quilombos foi construído política e academicamente, mas ainda distante das comunidades estudadas, a despeito de sua forte ancestralidade preponderantemente africana, já que se trata de um conceito construído. As populações reconhecem a sua origem, mas muitas delas não dialogam com o marco político já existente sobre os quilombos.

## **2. Métodos e técnicas utilizados**

O objetivo dessa pesquisa é construção coletiva das narrativas fotoetnográficas de duas comunidades quilombolas a partir da seleção de fotografias armazenadas no banco de imagens já constituído no citado projeto. Após realizarmos a revisão bibliográfica dos conceitos de quilombos, fotoetnografia e pesquisa ação, partimos para as comunidades com a intenção de aplicá-los. Fazemos a seguir uma breve discussão desses conceitos.

Quando construímos um trabalho etnográfico e utilizarmos a fotografia como instrumento principal para sua realização, este passa a denominar-se fotoetnografia como conceitua Boni e Moreschi (2007, p.138-139). A fotoetnografia é um método advindo da antropologia visual muito importante para o acercamento de grupos étnicos e comunidades tradicionais. Um dos primeiros teóricos que cunhou esse termo foi Luiz Eduardo Achutti durante a realização de sua dissertação de mestrado, em 2006. Para esse autor importância da narrativa

fotoetnográfica está no peso que se dá a imagem, foto, dentro do discurso. Essa passa a ter o mesmo peso que o texto, não sendo apenas um complemento ao discurso escrito, mas adquirindo autonomia e prescindindo muitas vezes do texto.

A narrativa fotoetnográfica refere-se a uma história contada sobre um determinado grupo social em imagens capazes de condensar vários aspectos desse grupo: o seu território, a sua população, as suas manifestações culturais e sua composição populacional e étnica. As fotografias<sup>6</sup> utilizadas fazem parte do banco de dados do projeto “Perfil Fotoetnográfico das Populações Quilombolas do Submédio São Francisco: Identidades em Movimento”. O banco contém materiais audíveis, visuais e os audiovisuais. Os materiais utilizados nessa pesquisa foram às entrevistas, como fonte de reconhecimento da história das comunidades e suas características, e as fotografias, foco principal desse trabalho. As imagens são de autoria dos bolsistas e dos voluntários que participaram do projeto<sup>7</sup>.

Essas narrativas ajudaram a compor o relato histórico das comunidades para o processo de Certificação como comunidade quilombola. Para que as comunidades possam ter essa certificação, de acordo com a Fundação Cultural Palmares, é necessária que envie para a Fundação Palmares a Solicitação de Reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo acompanhado com o relato histórico (fotos, reportagens e estudos que tratem da história do grupo ou de suas manifestações culturais). Além do mais, é necessária, uma aprovação, na qual por maioria, os membros da comunidade aprovam o pedido de reconhecimento, através da ata de reunião ou assembleia. Posteriormente o recebimento dessa documentação na Fundação Palmares, é encaminhado à abertura de processo para posterior análise técnica. Caso a documentação esteja correta, irá ocorrer a visita técnica de um membro da Fundação para esclarecer e produzir o relatório final. Ainda segundo a Fundação Cultural Palmares, concluída essa etapa, é encaminhada a publicação do ato de reconhecimento da comunidade, no Diário Oficial da União. Se a documentação não esteja completa, a comunidade é informada quanto à pendência. (ver portaria 98, de 26 de novembro de 2007). Após a etapa de certificação é necessário abertura para a emissão da titulação de propriedade coletiva para a comunidade. De acordo com o Instituto Nacional de Colonização

---

<sup>6</sup>Adeilton Gonçalves da Silva Júnior, Ana Carla Nunes da Silva, Juliano Ferreira do Carmo, Raryana Wenehy de Souza Cardoso.

<sup>7</sup>Esses materiais estão disponibilizados no acervo da pesquisa, além das plataformas digitais, criadas como intuito de divulgação das comunidades, são elas: blog<<http://quilomboseserto.es.blogspot.com.br/>>, a fanpage do facebook<<https://www.facebook.com/QuilomboseSerto.es>> e o flickr<<http://www.flickr.com/quilomboseserto.es>>.

e Reforma Agrária, INCRA, é dividido em sete fases: 1º fase inicial: Abertura de processo no INCRA para o reconhecimento de Territórios Quilombola. 2º fase: Elaboração do Relatório técnico de Identificação Delimitação (RTID), (início do estudo da área visando à confecção do RTID) 3º fase: Análise e julgamento de recurso ao RTID (após a publicação do RTID, o processo é aberto para contraditório). 4º fase: Portaria de Reconhecimento (portaria que declara os limites do Território) 5º fase: Decretação/ Encaminhamento (decreto presidencial que autoriza a desapropriação privadas/encaminhamentos a entes públicos que tenham posse) 6º fase: Desintrusão (notificação e retirado dos ocupantes) 7º fase: Titulação (emissão de título de propriedade coletiva para comunidade).

### 3. As comunidades

Barrinha do Cambão está localizada a 13 quilômetros do centro da cidade de Juazeiro, no extremo norte da Bahia. O povoado possui um território de dois quilômetros quadrados, com uma extremidade que vai da Bomba Perímetro Irrigado Projeto Torão à Ponte ao Projeto Mandacaru I. Possuindo uma vegetação diversificada e pertencendo ao bioma caatinga, a região é banhada pelo Rio São Francisco, e em suas margens exercidas as atividades econômicas de pesca e agricultura irrigada, além, de ser um importante espaço de lazer.



Foto: Adailton Júnior

Entrada da comunidade de Barrinha do Cambão.

A comunidade reúne aproximadamente 500 moradores, possuem vilas, igrejas e uma escola infantil (que atende crianças de até cinco anos, depois de atingirem essa idade, as crianças vão estudar na comunidade vizinha). Apontada pelo Ministério do Desenvolvimento como uma comunidade remanescente de quilombo, para alguns moradores essa herança existiu e é

importante. Para outros, a compreensão desse processo ainda é distante. Ou seja, é uma comunidade em fase de autoreconhecimento, com uma presença importante de outras etnias, principalmente dos grupos indígenas da região, segundo o relato de seus moradores.



Foto: Adailton Junior

A escola da comunidade atende educação infantil

As atividades realizadas foram desenvolvidas em duas etapas. A primeira etapa, realizada nos meses de janeiro e fevereiro, foi dividida em quatro fases: Na primeira fase, aconteceu a aproximação do grupo de pesquisa com a comunidade, durando quatro encontros. Nesses momentos fomos conhecendo a população, através de dois moradores que já tinham contato com o projeto, Miralva dos Santos Ferreira, 42 anos, e Pedro José dos Santos, 48 anos. As outras características da comunidade como a divisão territorial, fonte de renda da população, quantidade populacional, a história, já tínhamos conhecimento através das entrevistas contidas no banco de dados. Na segunda fase foram realizadas duas reuniões, a primeira na casa de Maria dos Santos uma das moradoras mais velhas da comunidade a outra na igreja católica local, onde foram discutidos aspectos ligados ao processo de certificação quilombola, os quais passam necessariamente pela discussão de identidade e território. Essa discussão já havia sido realizada na comunidade durante a década de 90, com a mobilização de uma parte dela no sentido de construir o processo de certificação. A outra parte recusou o processo. Nessa primeira reunião esse perfil se repetiu. Houve uma resistência em uma parte da comunidade pelo fato de tratar do tema, para a qual esse debate não possuía validade, com uma clara negação do uso da expressão quilombola. A outra parte do grupo demonstrou bastante interesse.



#### Segunda reunião na comunidade

Historicamente essa é uma comunidade bastante cindida, como relata Pedro. Na terceira fase, foram realizadas três reuniões com membros da comunidade na casa de Pedro, para apresentação do subprojeto e visualização das imagens contidas no banco de dados; posteriormente fizemos uma seleção das imagens, a partir dos comentários dos moradores, que retratavam melhora comunidade.

Por fim na última fase dessa etapa realizamos uma oficina de fotografia e organizamos uma exposição no formato de slides com as imagens já selecionadas na etapa anterior.

Na comunidade de Barrinha do Cambão, embora houvesse um pequeno espaço de tempo e uma resistência por parte de um grupo houve interesse em olhar e avaliar as imagens apresentadas. Na apresentação do produto final “exposição das imagens” a população se sentiu representada, desse modo não houve acréscimo de imagens, apenas a exclusão de algumas que não faziam parte do contexto local. Construimos como produto final uma narrativa fotoetnográfica da comunidade de Barrinha do Cambão. Concluimos que essas narrativas fotoetnográficas poderão ajudar no processo de certificação, caso a comunidade decida por reivindicar esse direito junto ao Estado, pois o conjunto de imagens colabora com a delimitação do território, com a memória das famílias e dos equipamentos existentes ou não na comunidade.





Fachada da casa



Foto: Juliano Ferreira

Foto: Márcia Guena

Família Santos



Ruas da comunidade



Foto: Raryana Wenethya

Foto: Danilo Borges

Crianças na volta da escola



Foto: Ana Carla

Registro final após a exposição



Foto: Ana Carla

Casas da comunidade

### 3.1 Comunidades de Curral Novo

A comunidade de Curral Novo está localizada no distrito do Salitre, acerca de 17 quilômetros da cidade Juazeiro, com uma população predominantemente negra, contando com 80 famílias, com uma história de aproximadamente 150 anos. A comunidade consta na lista do Ministério do Desenvolvimento como comunidade quilombola, porém o tema foi pouco

discutidos pelos moradores, que se consideram afrodescendentes e herdeiros de uma cultura de raízes africanas, mantida até os dias de hoje. Inicialmente a sua população organizou-se às margens do riacho que banha a localidade, com o mesmo nome do Rio Salitre. Uma enchente do Rio São Francisco, ocorrida na década 60 do século XX e a constante perda de terras para grandes empreendimentos agrícolas os deslocaram para onde estão hoje, como contou uma das moradoras mais velhas, dona Agustina Maria de Souza, 80 anos.



Foto: Márcia Guena

Vista geral da comunidade

O povoado possui uma extensão de cinco quilômetros quadrados, com vários outros vilarejos ao redor. A comunidade possui um grande círculo de terra vermelha, comum campo de futebol e uma caixa d'água da CODEVASF (A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) ao centro, circundados por casas, a escola, a igreja e as plantações da população. A Escola Municipal Miguel Ângelo de Souza, única do local e voltada para o ensino fundamental, recebeu esse nome em uma homenagem ao seu fundador, um homem negro que deixou muitos parentes na localidade, inclusive dona Agustina Maria de Souza, 80 anos.



Foto: Juliano Ferreira

Escola local.



Foto: Raryana Wenethya

Igreja Católica



Foto: Ana Carla

Igreja evangélica presente na comunidade

Na comunidade de Curral Novo foram realizados dez encontros, subdivido em cinco fases. Na primeira, foi o momento de reaproximação da comunidade, pois o grupo de pesquisa já havia realizado um trabalho na comunidade, com levantamento de sua história e um perfil fotoetnográfico. Na segunda fase houve a apresentação do subprojeto, um momento importante, pois a comunidade já possuía discussões sobre a sua identidade quilombola. Na terceira fase, ocorreu a exposição das imagens já armazenadas no banco de dados da pesquisa à comunidade. A comunidade então fez uma seleção, excluindo imagens com problemas técnicos, como pode ser notado na fala dos moradores: A foto abaixo foi retirada das narrativas após os comentários de Dona Betinha. "Essa foto não dá nem pra ver os meninos, essa não tá boa não".



Foto: Ana Carla

Fotografia retirada durante o intervalo na escola local.

Além das questões territoriais, enquanto estava apresentando as imagens da comunidade, outro morador interrompeu dizendo: "Essa foto não é daqui não, é de Capim de Raiz".

E assim seguiu a seleção, adicionando outras fotografias. Foram adicionadas fotografias segundo os critérios dos moradores, eles alegaram que não possuía no banco de imagens, fotografias de outra parte territorial da comunidade, a famosa "favela", além de que as fotografias não tinham a representação dos moradores, pois as encontradas eram muito superficiais. "Tem que ter a foto da gente", declarou outro morador durante a seleção.



Foto: Danilo Borges

Parte central da favela

As novas imagens que passaram a compor a narrativa da comunidade foram realizadas em

conjunto com os moradores. As imagens eram feitas e logo apresentadas ao grupo, após o seu registro. "Deixa ver se ta bonita" comentou Narinha ao ser fotografada. Algumas vezes foi preciso fazer outro registro conforme o pedido do fotografado.

Os moradores da comunidade de Curral Novo fizeram uma importante leitura das imagens levantadas no projeto de pesquisa, apontando ausência e sugerindo novas imagens. Ou seja, passaram a serem sujeitos na produção da imagem e não apenas as receberam, sem qualquer diálogo.

### **3.2 Comunidades de Rodeador**

Conhecida pelos moradores mais velhos como Rudiador, ou tratada pela grande parte dos visitantes como Rodeadouro, a comunidade, Rodeador, está localizada a aproximadamente 12 quilômetros do centro da cidade de Juazeiro Bahia, no sertão baiano, ficando às margens do Rio

São

Francisco.

Com aproximadamente de 50 famílias descendentes quilombolas, a comunidade é conhecida pela sobrevivência através do Rio São Francisco, com atividades como fruticultura irrigada, pesca à famosa Ilha do Rodeadouro. Também é conhecida pela resistência, pois devido à construção da Barragem de Sobradinho em 1970, que gerou impactos ambientais, como degradação do Rio, afetando diretamente na forma de sobrevivência da comunidade. Com mais de um século de sobrevivência, o povoado, ainda preserva traços culturais dos seus antepassados. Os valores culturais existentes na comunidade e as formas de vida da população são característicos de uma reminiscência quilombola, na qual os laços de companheirismo e o uso coletivo das terras estão presentes na história da comunidade.

Outro traço bastante recorrente da cultura local, é o samba de Vêio que até hoje está presente. Oriundo do reisado na qual era cultuada no mês de janeiro (mês do Santo Reis) de cada ano, a manifestação cultural tinha como objetivo o ato de passar de casa em casa cantarolando cantigas religiosas.

A comunidade de Rodeador dispõe de pouca infraestrutura: uma escola municipal, Maria Monteiro Bacelar, que além de atender os moradores das comunidades, ainda atende as comunidades circunvizinhas e igrejas. A comunidade de Rodador está na fase inicial da pesquisa, aconteceu à primeira visita, na qual foi discutido o pertencimento de ser quilombola, e apresentado o projeto de pesquisa.



Cássio Felipe

Reunião com os moradores de Rodeador.

### **Considerações finais**

Através dessa pesquisa contribuimos para a construção da história das comunidades por meio das narrativas fotoetnográficas construídas em conjunto com os membros das duas comunidades, Barrinha do Cambão e Curral Novo.

Essa construção coletiva provocou a rediscussão de imagens já construídas pelos pesquisadores, colocando em cheque seus pontos de vista a partir de comentários dos sujeitos da pesquisa e de uma intervenção direta para produção de novos conteúdos sobre seus espaços e sujeitos. Percebemos que as imagens não as representavam por completo. Nas duas experiências foi necessário acrescentar e retirar imagens. Essa particularidade era perceptível nos comentários ao longo da construção. "Essa não ficou tão boa", "Tem que tirar foto da gente", foram os comentários mais presentes durante os processos de seleção. Além de contribuir para a construção identitária das populações locais, discutir como as populações das comunidades negras rurais se enxergam enquanto comunidades quilombolas e contribuir para a construção de sua autoimagem.

Além de colaborar no processo de representação, as comunidades, em geral aprovaram o resultado do produto final - as narrativas, mas apontaram a possibilidade de expansão do conjunto de imagens.

Diante disso, compreendemos a relevância de continuar pesquisando e documentando, pois o objetivo maior da pesquisa é contribuir para o processo de certificação das comunidades junto a Fundação Cultural Palmares, para aquelas que caminharem nessa direção. Ou seja, contribuir com a conformação de uma memória capaz de responder ao marco legal do Estado.

#### 4. Referências bibliográficas

AMORIN, I. G.; GERMANI, G. I. **Quilombos da Bahia**. Presença incontestável. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina - 20 a 26 de março de 2005- Universidade de São Paulo. Disponível em:  
<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiadela poblacion/03.pdf>>. Acessado em: 10 de fevereiro de 2015.

ACHUTTI, L. E. R. **Fotoetnografia**: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho. Porto Alegre: Tomo Editorial: Palmarinca, 1997.

ARRUTI, J. M. Quilombos. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Lívio. **Raça**. Novas Perspectivas antropológicas. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia; Edufba, 2008.

BRASIL. **Constituição, 1988**. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>. Acessado em: 10 de setembro 2011.

BONI, P. C.; MORESCHI, B. M. **Fotoetnografia**: a importância da fotografia para o resgate etnográfico. Disponível em:<[www.doc.ubi.pt/03/artigo\\_paulo\\_cesar\\_boni.pdf](http://www.doc.ubi.pt/03/artigo_paulo_cesar_boni.pdf)> Acessado em: 15 de março de 2011.

CODEVASF. Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba. Disponível em:<[http://www.codevasf.gov.br/DeSaTiVaDo\\_osvale/vale-do-sao-Francisco/ricos/submedio-sao-francisco](http://www.codevasf.gov.br/DeSaTiVaDo_osvale/vale-do-sao-Francisco/ricos/submedio-sao-francisco)>. Acessado em: 20 de fevereiro de 2015.

**FUNDAÇÃO PALMARES**. Disponível em:<<http://www.palmares.gov.br>>. Acessado em 23 de fevereiro de 2015.

**FUNDAÇÃO PALMARES**. Disponível em:<<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/crqs/quadro-geral-por-estado-ate-23-02-2015.pdf>>. Acessado em 23 de fevereiro de 2015.

**GEOGRAFAR**. Disponível em:<<http://www.geografar.ufba.br/estudo%20msf.html>>. Acessado em: 11 de março de 2011.

**INCRA** Disponível em:<<http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>>. Acessado em: 11 de março de 2011

MELLO, M. 2012. **Reminiscências dos Quilombos**: território da memória em uma comunidade negra rural. São Paulo: Terceiro Nome.

REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.